



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Bernardo, ao sair do seu primeiro dia de emprego, trafegava com seu veículo na Avenida Sete de Setembro, no centro do Município X, quando, inesperadamente, deparou-se com um buraco de grandes proporções, aberto por servidores públicos municipais para realização de obras de manutenção da rede de esgoto, sem qualquer tipo de sinalização ou isolamento da área.

Diante da inexistência de aviso prévio ou barreiras, Bernardo não conseguiu evitar o acidente, entrando no buraco com a roda direita do veículo que ficou posicionado verticalmente na avenida.

Apesar de ter sido segurado pelo cinto de segurança, Bernardo sofreu uma batida muito forte na cabeça com formação de coágulo, necessitando ser removido imediatamente para o hospital mais próximo, onde permaneceu internado por 30 dias, sob monitoramento médico.

Além disso, seu veículo precisou ser removido por guincho e sofreu vários danos. Não bastasse todo susto, por recomendações médicas, Bernardo precisaria ficar afastado do trabalho por tempo indeterminado e tomar medicamentos não custeados pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

O fato causou grande abalo emocional, pois Bernardo teme ser demitido do seu trabalho que tanto precisa para se manter, não tem reserva financeira e não consegue custear seus gastos mensais e medicamentos necessários, o que causará endividamento.

Dessa forma, após 130 dias sem conseguir voltar as suas atividades normais, procura você, como advogado, a fim de requerer indenização pelo ocorrido, tendo todo acervo documental, desde o boletim de ocorrência, até fotos comprovando o buraco no meio da via e testemunhas que presenciaram que dirigia com toda cautela, dentro dos limites de velocidade da via.

Elabore a peça processual adequada para amparar a pretensão de seu cliente. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua. (5,0)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Determinada organização não governamental, que visa fiscalização das contas públicas, solicitou informações de um contrato com uma empresa concessionária que presta serviços no âmbito federal, envolvendo processos administrativos do corrente ano.

A entidade administrativa em questão deferiu parcialmente o pedido.

Por meio de documento escrito, a concessionária indicou onde poderiam ser obtidas as demais informações e o valor dos custos para a reprodução dos documentos. Mencionou, ainda, que não poderia autorizar o acesso a certos dados, por serem submetidos a sigilo. Indicou, enfim, a possibilidade de recurso administrativo, bem como prazo de 10 dias para a sua interposição.

Na qualidade de advogado(a), responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

- A) Existe amparo legal para a cobrança pela reprodução dos documentos solicitados? (Valor: 0,60)
- B) É juridicamente válido o prazo indicado para interposição de recurso? Exemplifique. (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marlon, nascido na Argentina, reside no Brasil sendo naturalizado a mais de dez anos. Após passar por vários vínculos empregatícios, pensando em segurança financeira e estabilidade, iniciou seus estudos para concurso público de nível superior.

O edital não previa nenhuma vedação sobre idade dos candidatos e tão pouco em razão de sua nacionalidade.

Após anos de estudos, foi aprovado. Chegando na sua classificação, ao ser chamado, foi informado que não cumpriu com os requisitos do edital por não ter encaminhado o diploma no ato da inscrição e em razão de ser naturalizado, sendo de imediato, desclassificado.

A fim de resguardar seus direitos, contrata você como advogado, questionando:

a) É válida a vedação de naturalizados fazerem concurso público? (0,60)

b) É obrigatório o envio de diploma ou habilitação no momento da inscrição do concurso? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Marla, há 30 anos utiliza um terreno de propriedade do Município Alfa para cultivo de laranjas e frutas cítricas, de onde extrai todo sustento de sua família e filho recém-nascido. Para facilitar seu trabalho, investiu na nivelção do terreno e na compra de mil novas mudas de cítricos.

Quinze dias atrás o prefeito noticiou que ocuparia o terreno para instalar uma unidade de energia solar, solicitando que Marla e sua família se retirassem do local.

Após receber a intimação, com receio de perder o sustento de toda sua humilde família, Marla procura você questionando:

A) Comprovando a utilização do terreno por 30 anos sem que o município manifestasse qual-quer interesse, caberia usucapião do terreno? (0,65)

B) Na hipótese de Marla precisar deixar o terreno, cabe a ela alguma indenização pelas benfeitorias realizadas? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O prefeito do município "X", conhecido como Xande, determinou que fossem instalados no pórtico da prefeitura painéis com as obras executadas no decorrer de sua gestão. Embaixo dos painéis, instalou outro painel com letras luminosas onde passaria a seguinte frase: "Aqui estão as obras que o prefeito Xande executou. Com carinho do melhor prefeito do Município X"

O Ministério Público estadual intimou o Prefeito a fim de esclarecer a questão.

Na qualidade de advogado indicado como procurador do município, você é consultado pelo Prefeito, que insiste em manter a situação.

Diante do caso, responda:

a) No caso narrado, houve violação a algum princípio da Administração Pública? (0,65)

b) O referido prefeito pode responder por improbidade administrativa? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel